

## OFICINAS DE AVALIAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Assessment workshops: reflections on the production of learning reports in Early Childhood Education*

*Talleres de evaluación: reflexiones sobre la elaboración de informes de aprendizaje en la Preescolar*

Shellen de Lima Matiazzi 

### RESUMO

O artigo discute a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, considerando os desafios apresentados por professoras quanto à produção dos relatórios descritivos de aprendizagem das crianças. Adota como metodologia a pesquisa-ação, com base na espiralidade reflexão-ação, para estabelecer diálogos com as profissionais, recorrendo a momentos formativos denominados oficinas de avaliação. Fundamenta-se em autores como Micarello (2010) e Kramer (2014), apontando as contribuições existentes no processo avaliativo na Educação Infantil. Como resultado, evidencia a importância da documentação pedagógica e da avaliação descritiva no acompanhamento dos percursos de aprendizagem das crianças e enfatiza sua relevância como estratégia de reflexão sobre a prática docente.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Avaliação da aprendizagem; Oficinas de avaliação; Documentação pedagógica; Contexto formativo.

### ABSTRACT

*The article aims to reflect on the assessment of learning in early childhood education, considering the challenges faced by teachers regarding the production of descriptive learning reports for children. It adopts action research as its methodology, based on the reflection-action spiral, to establish dialogues with professionals through formative moments called assessment workshops. The study is grounded in authors such as Micarello (2010) and Kramer (2014), highlighting existing contributions to*

*the assessment process in early childhood education. As results, it emphasizes the importance of pedagogical documentation and descriptive evaluation in monitoring children's learning paths and emphasizes its relevance. a strategy for reflecting on teaching practices.*

**Keywords:** *Early Childhood Education; Learning assessment; Assessment workshops; Pedagogical documentation; Formative context.*

## RESUMEN

El presente artículo busca reflexionar sobre la evaluación del aprendizaje en la educación infantil, considerando los desafíos que enfrentan las maestras en la elaboración de los informes descriptivos del aprendizaje de los niños. Adopta como metodología la investigación-acción, basada en la espiral reflexión-acción, para establecer diálogos con las profesionales mediante momentos formativos denominados talleres de evaluación. Se fundamenta en autores como Micarello (2010) y Kramer (2014), señalando los aportes existentes en el proceso evaluativo de la educación infantil. Como resultados, se destaca la importancia de la documentación pedagógica y de la evaluación descriptiva en el seguimiento de los recorridos de aprendizaje de los niños y subraya su relevancia como una estrategia de reflexión sobre la práctica docente.

**Palabras clave:** Preescolar; Evaluación del aprendizaje; Talleres de evaluación; Documentación pedagógica; Contexto formativo.

---

## Introdução

O presente artigo objetiva refletir sobre a avaliação da aprendizagem<sup>1</sup> na Educação Infantil, tendo em vista os desafios apresentados por professoras<sup>2</sup> quanto à produção dos relatórios descritivos de aprendizagem das crianças. Para tanto, enfatiza a importância da documentação pedagógica no processo de constituição dessa avaliação, isso porque, diferentemente de outras etapas de

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto, iremos nos referir à avaliação da aprendizagem ou avaliação do desenvolvimento. Em ambos os casos, estabelecemos aproximações que debatem sobre os processos avaliativos relacionados aos percursos de aprendizagem das crianças, conforme seu desenvolvimento a partir das experiências curriculares ofertadas na Educação Infantil.

<sup>2</sup> Optamos por utilizar o termo “professora” ou “professoras” no feminino, por compreender que essa é a composição majoritária de profissionais que atuam na Educação Infantil.

ensino, a Educação Infantil tem como premissa a produção de relatórios descritivos das crianças, segundo as especificidades, a trajetória de cada uma delas e o modo como vão se apropriando de determinados conhecimentos, o que suscita em seu instrumento avaliativo a escrita da professora, articulando experiências curriculares, a mediação docente e os percursos de aprendizagem das crianças.

Conforme documentos legais, a avaliação nessa etapa ocorre com base em um processo qualitativo, contínuo e cumulativo, que tem por finalidade a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, sem vistas à seleção, promoção ou classificação (Brasil, 2009a). Nesse cenário, as instituições de Educação Infantil, a partir das orientações, devem organizar os processos avaliativos em articulação com o planejamento, o acompanhamento e o registro fundamentados nos eixos norteadores do trabalho pedagógico junto às crianças, ou seja, o cuidar-educar-brincar-interagir (Brasil, 2009a).

A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e o apoio oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades (Brasil, 2009a, p. 16).

A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil constitui-se um instrumento que se destina a obter informações e elementos que possam favorecer de fato o desenvolvimento das crianças e potencializar seus conhecimentos e aprendizagens, assim como assegurar e oferecer subsídios para a prática pedagógica. Nesse contexto, avaliar não é medir, quantificar, comparar ou julgar. Ao contrário, essa prática avaliativa apresenta uma importância político-social dos processos educativos das crianças pequenas.

Este artigo, por sua vez, discute o traçado de questões conceituais para a avaliação na primeira etapa da Educação Básica e, por conseguinte, as possibilidades de construção de instrumentos pedagógicos que possam

subsidiar a elaboração dos registros de avaliação. Tais possibilidades devem estar pautadas nas proposições da legislação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996) — e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) — Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 (Brasil, 2009b) —, como também baseadas nas práticas nas unidades de ensino. Apresentam-se como experiência as oficinas de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, vivenciadas em um Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei) na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo.

Essas oficinas integraram a formação continuada de professoras que praticam a docência junto às crianças de 0 a 6 anos. Por meio de diálogos e reflexões tecidas entre as profissionais, tiveram a finalidade de traçar estratégias pedagógicas, delineando instrumentos e elementos para a composição da escrita de relatório avaliativo das crianças. Desse modo, objetivou-se ampliar os olhares e as compreensões acerca das práticas avaliativas na Educação Infantil, reconhecendo a criança como sujeito de direitos e como partícipe de seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Nesse sentido, a formação continuada de professoras se configura como um espaço potente de escuta, troca de experiências e construção coletiva de saberes, no qual a prática docente é constantemente revisitada, problematizada e ressignificada. Ao promover momentos formativos pautados no diálogo e na reflexão, a intencionalidade pedagógica das professoras se fortalece, contribuindo para a elaboração de registros avaliativos mais sensíveis, contextualizados e coerentes com as vivências das crianças.

Pretende-se refletir por meio deste estudo “[...] uma concepção que tenha por intenção a melhoria da ação educativa” (Hoffmann, 2012, p. 9), uma vez que implica o registro das mediações docentes no desenvolvimento de suas ações junto às crianças. Assim, a formação continuada não se limita à atualização de conhecimentos, mas se estabelece como um processo permanente de desenvolvimento profissional, que valoriza a prática cotidiana, a autoria docente

e o compromisso com uma Educação Infantil de qualidade, ética e humanizadora.

Autoras como Micarello (2010), Hoffmann (2012) e Kramer (2014) destacam as contribuições que o processo avaliativo na Educação Infantil possibilita tanto para a compreensão dos percursos de aprendizagem das crianças quanto a reflexão sobre a própria prática docente. Nesse sentido, estabelecemos reflexões entre as discussões teóricas, o campo legislativo e as produções dos relatórios descritivos no âmbito da Educação Infantil a partir da experiência de um contexto formativo.

## Metodologia

Para o desenvolvimento das oficinas de avaliação sobre o processo de aprendizagem na Educação Infantil, iniciamos a conversa com a equipe pedagógica de um Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei) da rede de ensino de Vitória/ES. Conforme enuncia Thiollent (1986), desenvolver processos de pesquisa-ação tem por finalidade oportunizar novos caminhos aos sujeitos da pesquisa, participantes ou pesquisadores, em resposta às problemáticas vivenciadas por meio de uma ação transformadora. Assim, as questões que emergem são problematizadas e refletidas coletivamente, evidenciando esses novos caminhos a partir da tomada de decisões do coletivo.

Com base na proposta de dialogar com os diferentes profissionais que atuam na Educação Infantil sobre a produção dos relatórios descritivos, foram realizados cinco encontros formativos, no período de abril a setembro de 2024, com debates sobre as tensões do campo da avaliação no contexto atual, em interlocução com atividades reflexivas a serem desenvolvidas, conforme vemos no quadro a seguir:

### Quadro 1 – Organização dos encontros formativos no Cmei

| Data         | Temática Abordada   |
|--------------|---|
| 02 abr. 2024 | Oficina de Avaliação 1 –Conhecendo os documentos e as orientações legais sobre avaliação da aprendizagem na Educação Infantil |

|              |  |
|--------------|--|
| 07 maio 2024 | Oficina de Avaliação 2 –Contextos iniciais de escritas e reescritas                                      |
| 11 jun. 2024 | Oficina de Avaliação 3 –Análise de relatórios e outras percepções  |
| 22 ago. 2024 | Oficina de Avaliação 4 –Produção de texto coletivo e inferências textuais sobre as vivências pedagógicas |
| 17 set. 2024 | Oficina de Avaliação 5 –Produção de documentação pedagógica e os diálogos com os relatórios descritivos  |

**Fonte:** Elaboração da autora (2025).

Para tanto, participaram do processo formativo 21 profissionais, quais sejam: professoras regentes das turmas de 0 a 6 anos (creche e pré-escola), professoras de Arte e Educação Física, articuladoras, diretora e pedagogas. Entendemos por oficinas de avaliação a metodologia que busca o sentido da espiralidade ação-reflexão-ação (Barbier, 2007), cujo processo formativo se dá a partir de análises dos textos, reflexões teóricas, processos de escrita, documentação pedagógica e novas proposições.

No primeiro encontro com as profissionais, tomamos como referência os documentos legais — tanto em âmbito nacional quanto em nível municipal —que direcionam as ações avaliativas nessa etapa. Posteriormente os encontros debateram os processos de produção escrita, discutindo os sentidos do relatório, os modos de sua elaboração, os elementos que o fundamentam e, por fim, o importante papel docente na mediação das experiências curriculares, marcadas pela intencionalidade do trabalho pedagógico voltado ao desenvolvimento e à aprendizagem da criança.

Recorreu-se a metodologias e estratégias diferenciadas para desenvolver as práticas de produção de relatórios, tendo em mente a leitura sistematizada, a análise, as ponderações e as novas inferências nos textos escritos. Ao longo do processo formativo, foram desenvolvidas atividades em duplas, pequenos grupos, dinâmicas, registros, trocas de relatórios, articulação com o planejamento docente, entre outras ações possíveis.

Para Barbier (2007), a pesquisa-ação pressupõe a escuta sensível, que estabelece diálogo e empatia entre os sujeitos e permeia todo o processo, sem julgamentos ou comparações, de modo que a principal finalidade é compreender

o outro em seu processo e contribuir para novas apreensões. Corroborando o pensamento de Barbier (2007), esses dados na pesquisa-ação vão sendo suscitadas de forma cíclica, produzindo um processo reflexivo concomitante à ação, em que há planejamento das ações, teorização, discussões, produção de novos pensamentos, possibilitando que as análises fomentem outras problematizações e ações.

Dessa forma, as atividades realizadas pelas professoras no decorrer dos encontros presenciais favoreceram a composição de um conjunto de dados que contribuíram para o delineamento de novas proposições para os encontros subsequentes, bem como para a análise e a escrita deste estudo.

### **A avaliação: por quê, para quem, como, o que avaliar?**

Elemento presente no contexto escolar, a avaliação é uma prática recorrente nas instituições de ensino com a finalidade de atribuir conceitos, notas e valores à aprendizagem das crianças. Historicamente a avaliação se constituiu como uma forma de mensurar o que foi aprendido — ou não — e resultou em processos de hierarquização, classificação de conteúdos e sujeitos, gerando sua exclusão do processo educacional (Matiazzi, 2020).

No entanto, no âmbito da legislação da Educação Infantil e das discussões sobre a proposição pedagógica dessa etapa de ensino, a avaliação também mereceu destaque. Estabeleceram-se orientações condizentes com a faixa etária e as especificidades, bem como procurou-se pensar o processo avaliativo como prática docente reflexiva, de forma que a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil ganhasse novos sentidos.

[...] A avaliação requer uma intencionalidade pedagógica, ética e estética de quem avalia, caso contrário continuaria a expressar um espontaneísmo pedagógico e uma exigência burocrática que não leva a lugar nenhum. Seja através dos registros diários, semanais ou bimestrais, a escolha da avaliação deve ser expressão do projeto político-pedagógico e representar a firme determinação de rever as escolhas feitas, os caminhos percorridos, as metodologias aplicadas, a função que o conhecimento tem assumido na instituição (Vitória, 2006, p. 80).

O município de Vitória/ES, desde 2016, vem traçando diálogos nos processos formativos com as/os pedagogas/os da rede municipal sobre a importância da avaliação, levantando quatro pilares quanto ao objetivo do processo avaliativo na Educação Infantil: o que é, para quem, como e por que avaliar?

[...] Sem dúvida, estas perguntas continuam a ser determinantes na experiência pedagógica. Se a avaliação requer uma atitude crítica e reflexiva sobre o trabalho que está se realizando, é necessário que esta avaliação seja permanente no cotidiano escolar, caso contrário, estaríamos forjando uma concepção utilitarista e pontual de avaliação apenas como produto e não também como processo (Vitória, 2006, p. 79).

Há outro elemento balizador das questões relativas à avaliação da aprendizagem na Educação Infantil: a composição escrita dos relatórios descritivos das crianças. Para as professoras, o registro em forma de texto constitui-se um grande desafio, haja vista que está entremeado de subjetividades e compreensões distintas. Dessa forma, alguns questionamentos emergem: o quê, como, quando e quem avaliar.

A partir dessas inquietações, admitimos a concepção de avaliação sob a perspectiva da mediação docente nas experiências curriculares junto às crianças, uma vez que se deve atentar para seu desenvolvimento em múltiplas dimensões, com base nas noções de infância e criança compreendidas na legislação que direciona o trabalho pedagógico nas instituições de Educação Infantil (Hoffmann, 2012).

Sob a mesma perspectiva de Hoffmann (2012), Carneiro (2010) explicita que a avaliação visa ao acompanhamento do desenvolvimento da criança a partir de si mesma, ou seja, as formas como se relaciona com pares, com os contextos de aprendizagem oportunizados a ela e como vai apropriando-se de novos conhecimentos.

A observação desses momentos e a escuta das crianças vão contribuindo para a composição de registros, de modo a favorecer a produção escrita desses percursos de aprendizagem das crianças e a possibilitara reflexão das docentes

sobre suas próprias práticas pedagógicas, componente indispensável do planejamento pedagógico. Para isso, é preciso ponderar sobre as concepções de infância, criança e Educação Infantil, amplamente discutidas nos documentos orientadores.

De acordo com Micarello (2010), a avaliação se configura como um recurso intencional quando associada ao ato educativo, estando profundamente vinculada ao trabalho contínuo da professora. Além disso, ela fornece subsídios para o aprimoramento das práticas pedagógicas, o que demanda planejamento e sistematização das experiências curriculares oportunizadas às crianças. Do contrário, corre-se o risco de se reduzir a um mero registro sem significado e desprovido de propósito pedagógico.

[...] Avaliar a prática pedagógica é um ato intencional, por isso precisa ser cuidadosamente planejado e orientado por critérios. Quando isso não acontece e a avaliação é compreendida como uma tarefa com um fim em si mesma – atribuir notas ou conceitos ao desempenho dos estudantes com o objetivo de promovê-los ou não a etapas posteriores de escolarização, por exemplo – essa concepção estreita, classificatória e sentenciadora de avaliação, empobrece a prática profissional dos docentes [...] e empobrece também a experiência de crianças e jovens, porque uma avaliação classificatória não consegue apreender os modos como esses sujeitos estão aprendendo e se desenvolvendo (Micarello, 2010, p.1).

Segundo a autora, o processo avaliativo deve estar fundamentado na observação contínua e na escuta sensível da docente em relação às vivências das crianças. Esse processo permite compreender as formas como elas constroem conhecimentos, expressam sentimentos e desenvolvem habilidades, tornando a avaliação um recurso essencial para potencializar as práticas pedagógicas. Os registros sistemáticos dessas observações, possibilitam que a professora analise os progressos das crianças e planeje intervenções pedagógicas mais adequadas, como um recurso que orienta novas propostas didáticas, ajusta metodologias e propõe mediações mais significativas.

A avaliação na Educação Infantil deve respeitar as especificidades dessa etapa, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Em seu art. 10, as DCNEI ressaltam a importância

de práticas avaliativas que valorizem os diferentes tempos e ritmos das crianças, garantindo que o processo avaliativo esteja alinhado com uma abordagem lúdica, investigativa e inclusiva, conforme evidenciamos a seguir:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil (Brasil, 2009b, p. 29).

A experiência, apontada nas DCNEI como um dos eixos fundamentais do trabalho pedagógico, é entendida como algo que desperta emoções, sensibiliza os sujeitos e gera significado. Dessa forma, pode ser vivenciada de diversas maneiras, em diferentes contextos, intensidades e tempos, por meio das interações com o próprio corpo, com os colegas e com os adultos. Nesse sentido, a avaliação deve observar as múltiplas formas de registro, permitindo um acompanhamento mais aprofundado do desenvolvimento infantil a partir das variadas experiências vivenciadas no ambiente escolar.

Para isso, Dias (1999) enfatiza a importância de um olhar sensível e atento da professora, para além da simples observação. O papel do educador, portanto, não se restringe à supervisão, mas deve estar focado em interpretar e valorizar cada momento vivido pelas crianças dentro das instituições de Educação Infantil.

Nessa mesma perspectiva, a autora dialoga com Micarello (2010, p. 4), a qual "[...] o ato de observar requer uma atitude de acolhimento do adulto com relação às formas peculiares pelas quais a criança se relaciona com o mundo e atribui sentido às suas experiências". Isso evidencia que os registros pedagógicos são ferramentas essenciais para avaliar, refletir e aprimorar continuamente as práticas docentes.

Corroborando o pensamento de Micarello (2010), Matiazzi, Simões e Braga (2023, p. 2) sinalizam que "[...] é possível compreender que a educação infantil tem especificidades distintas dos demais níveis de ensino e trabalha com outras possibilidades de registro, que não se baseiam em testes ou provas" e debatem que os instrumentos de registro sobre o desenvolvimento infantil devem possibilitar um acompanhamento significativo das aprendizagens.

Para que isso ocorra, o planejamento pedagógico precisa ser construído a partir da observação atenta das interações e das conquistas das crianças, permitindo que as estratégias educativas sejam constantemente planejadas para promover um contexto de aprendizagem mais investigativo e estimulante, ou seja, que entenda as crianças

[...] em suas necessidades e interesses, [o que] requer a criação de procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, pois esses procedimentos orientarão o olhar dos professores e professoras sobre seu próprio trabalho e sobre o modo como as crianças estão se beneficiando ou não das intervenções planejadas (Micarello, 2010, p. 4).

Diante dessas ponderações, compreende-se que a avaliação na Educação Infantil deve estar centrada no processo de aprendizagem da criança, respeitando suas singularidades e seu desenvolvimento, em vez de pautar-se em padrões pré-determinados. Dessa forma, os instrumentos avaliativos nessa etapa assumem um caráter documental específico, pois, diferentemente do Ensino Fundamental, são individualizados, descritivos e mediadores. Isso demanda das docentes a elaboração de registros sistemáticos que possibilitem um acompanhamento contínuo do percurso da criança, garantindo uma avaliação qualitativa e processual.

Retomando as reflexões de Micarello (2010) e as concepções de infância e currículo estabelecidas nas DCNEI (Brasil, 2009b), torna-se imprescindível destacar alguns instrumentos que subsidiam esse acompanhamento. Matiazzi, Simões e Braga (2023, p. 2), pontuam o quanto a avaliação precisa ser

[...] compreendida de forma gradativa, uma vez que visa a acompanhar o desenvolvimento da criança e se fundamenta em diferentes possibilidades de registro de suas vivências, como fotografias, relatórios descritivos, áudios e diários de campo.

É essencial que as docentes reconheçam o planejamento pedagógico não apenas como uma forma de organização das práticas educativas, mas também como um dispositivo fundamental para avaliação. Nesse contexto, o planejamento deve contemplar registros detalhados sobre a participação das crianças nas atividades propostas, evidenciando avanços, desafios e formas de interação, no intuito de permitir reflexões acerca das práticas docentes e de propiciar ajustes contínuos.

Os registros pedagógicos assumem, portanto, um papel central na reflexão da práxis, fornecendo subsídios para a reorientação das ações futuras e fomentando a troca de experiências entre os educadores. A documentação do cotidiano escolar oferece elementos essenciais para que as docentes analisem e aprimorem suas mediações pedagógicas, favorecendo uma prática mais alinhada às necessidades e potencialidades das crianças.

Entre os instrumentos avaliativos possíveis, destacam-se os registros individuais das crianças nos diferentes espaços e tempos escolares. Além disso, os relatos de experiências vivenciadas em outros contextos contribuem significativamente para a compreensão de seus modos de ser, viver e pensar. Outras formas de registro, como fotografias e produções audiovisuais, ampliam as possibilidades de documentação, permitindo que as experiências sejam narradas e interpretadas tanto pelas crianças quanto pelos adultos responsáveis por sua educação. Esses registros não apenas enriquecem os relatórios avaliativos, mas também promovem um olhar mais sensível e aprofundado sobre os processos de aprendizagem.

Ademais, é fundamental valorizar registros que contem com a participação das crianças, pois podem compor tanto os relatórios descritivos quanto o acervo de suas vivências ao longo do tempo. Um exemplo significativo é o portfólio, que pode reunir registros individuais e coletivos, transcrições de diálogos, impressões das crianças e reflexões do grupo. Esse instrumento se configura como uma ferramenta de análise dos percursos de aprendizagem, possibilitando o olhar do adulto e da criança sobre as atividades realizadas (Micarello, 2010).

Micarello (2010) enfatiza ainda que o relatório avaliativo deve ser compartilhado de maneira estratégica, favorecendo os processos de transição da criança dentro da Educação Infantil, como também seu ingresso no Ensino Fundamental. Para isso, é importante que os registros considerem as percepções da docente a partir de interesses, expressões e interações da criança nas diferentes proposições pedagógicas.

Além de acompanhar o desenvolvimento infantil, os relatórios desempenham um papel crucial na avaliação da própria prática pedagógica, evidenciando as relações entre adultos e crianças e as múltiplas formas de aprendizagem vivenciadas no cotidiano escolar. Diferentemente de instrumentos classificatórios e excludentes, esses registros devem contribuir para o aprimoramento das práticas educativas, garantindo que a avaliação seja um processo formativo e não meramente burocrático.

Por fim, reafirma-se a relevância da elaboração do relatório individual de avaliação, que deve abarcar as experiências pedagógicas vivenciadas pelas crianças nas instituições de Educação Infantil, contemplando suas diferentes dimensões de desenvolvimento. Como estabelecido nas DCNEI (Brasil, 2009b), a criança deve ser o eixo central do planejamento curricular, sendo, portanto, a principal referência para a construção do relatório avaliativo. Assim, a avaliação na Educação Infantil deve ser compreendida como um processo contínuo, reflexivo e contextualizado, que respeite a singularidade da infância e contribua para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis e significativas.

## **Dos diálogos estabelecidos aos processos formativos: tecendo conversas, reflexões e novas possibilidades educativas!**

A partir dos diálogos estabelecidos sobre a avaliação da aprendizagem, iniciamos nossas conversas com professoras de um Cmei, fazendo uma busca sobre os documentos e as orientações legais que dão direcionamento aos processos avaliativos na Educação Infantil. Assim, apresentamos um aparato de questões que atravessam a história da primeira etapa da Educação Básica como política pública. Evidenciou-se, também, a necessidade de reconhecer as especificidades desse nível de ensino. Para muitas docentes, uma problematização emergiu: por que na Educação Infantil não trabalhamos com relatórios de marcar X ou ainda com um roteiro a ser preenchido?

Essas questões que influenciam o pensamento de professoras que atuam nessa etapa remontam à lógica avaliativa (e excludente) que perpassa historicamente as avaliações parametrizadas. Por outra via, no primeiro encontro formativo, que chamamos de *Oficina de Avaliação 1 –Conhecendo os documentos e as orientações legais sobre avaliação da aprendizagem na Educação Infantil*, recorremos aos documentos legais que orientam essa prática avaliativa.

Com base no Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e na Resolução CNE/CEB nº 5/2009 (DCNEI) para discutir a importância desse relatório descritivo, processual e contínuo, procuramos apontar as intervenções pedagógicas e as experiências oportunizadas às crianças para prover o seu desenvolvimento nas múltiplas dimensões da vida. Para nós, conhecer os conceitos de criança, infância, Educação Infantil e avaliação foi fundamental para que as professoras pudessem entender quais são os eixos orientadores e qual a importância de práticas pedagógicas que dialoguem com uma educação voltada para as infâncias, uma vez que:

§ 1º [...] as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

I- a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo;

II- a indivisibilidade das dimensões expressivo motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança;

III- a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização;

IV- o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade;

V- o reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades;

VI- os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;

VII- a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação;

VIII- A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;

.....  
(Brasil, 2009b, art. 8º, p. 2).

Dessa maneira, compreender a indissociabilidade do cuidar-educar-brincar-interagir e reconhecer como devem ser organizadas as propostas pedagógicas nos dão elementos para entender como os processos avaliativos nessa etapa da Educação ocorrem de forma processual, contínua e qualitativa, com destaque para o papel docente na observação crítica e criativa dos contextos de aprendizagem oportunizados, para as formas de manifestação das crianças e suas singularidades e para os modos pelos quais elas se apropriam de conhecimentos e os produzem, conforme preconizam as DCNEI (Brasil, 2009b).

A discussão do arcabouço legislativo, corroborando os estudos de Kramer (2014), sinaliza a importância de um movimento nas instituições de Educação Infantil que coloquem as crianças no centro do planejamento curricular, requisitando que as práticas pedagógicas desenvolvidas busquem:

[...] acolher as crianças em suas diferenças; encorajar suas descobertas; escutar (mesmo que ainda não falem) suas inquietações e desejos; apoiá-las nos desafios que enfrentam, reconhecer que são sujeitos; favorecer que tenham autoestima e confiem nas suas próprias possibilidades de aprender e crescer (Kramer, 2014, p.9).

Para as professoras, a conversa inicial foi essencial para refletir sobre a avaliação como elemento do currículo, em diálogo com as experiências das crianças e os registros dessas vivências, além de orientar ações e planejamentos futuros, como observa-se na seguinte explicação: “[...] não pode ter uma ação sem intenção na Educação Infantil, porque todas as vivências das crianças são cheias de aprendizagem, de novidades para elas” (Professora Cmei 5, 2024).

Assim, a partir das concepções de criança, infância, Educação Infantil, práticas pedagógicas e avaliação na primeira etapa da Educação Básica, prosseguimos com as oficinas, retomando no segundo encontro alguns trechos de relatórios descritivos. Esse momento, denominado *Oficina de Avaliação 2 – Contextos iniciais de escritas e reescritas*, constituiu-se como um pontapé inicial para que as professoras pudessem expressar as questões que mais atravessam o momento de escrita dos relatórios das crianças, conforme vemos a seguir:

—Para mim, esse é um momento muito difícil, são muitos relatórios, 25 crianças (Professora Cmei 1, 2024).

—Eu fico na dúvida do que escrever, aí o medo de colocar algo que talvez possa estar errado (Professora Cmei 2, 2024).

—Eu não sei bem o que colocar. O que eu posso dizer da criança? (Professora Cmei 3, 2024).

—Eu falo ou não do comportamento da criança no relatório? (Professora Cmei 4, 2024).

A partir das inquietações apontadas pelas profissionais, ponderamos: o que é aprendizagem? Como as crianças aprendem? É possível escrever um texto, tendo em vista os modos de aprender de cada criança? A partir das indagações, conversamos com o grupo sobre a importância das interações que as crianças estabelecem entre si e com o ambiente, das brincadeiras como atividade no campo imaginativo, mas também como elemento propulsor de aprendizagens, pois momentos como esses possibilitam que elas se

desenvolvam em múltiplas dimensões — físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Assim, falar de aprendizagem na Educação Infantil é entender que ela ocorre de forma integrada, envolvendo os sentidos, a curiosidade, a memória e os vínculos afetivos estabelecidos entre os sujeitos que vivenciam esse espaço-tempo.

Fortalecer os processos educativos a partir de propostas pedagógicas que ampliem os repertórios das crianças é fundamental para impulsioná-las a explorar e investigar o mundo com entusiasmo. Dessa maneira, contar histórias, propor jogos e brincadeiras, estimular atividades que envolvam o raciocínio lógico, matemático, geográfico, desenvolver apresentações teatrais, momentos musicais e apresentações são exemplos de proposições que contribuem para que as crianças compreendam as diferentes linguagens e constituam outros conhecimentos. Nesse cenário, recorreremos ao pensamento de Carvalho (2012, n.p.), que ressalta ser necessário

[...]abertura para o aprender e o ensinar na perspectiva do pensamento em movimento, considerando que, para que alunos e professores produzam as suas aprendizagens sem medo, eles necessitam que sejam oportunizados “encontros” de ideias, espaços-tempos para capturá-las e afetos que potencializam modos coletivos de se constituírem como aprendentes no plano cotidiano de imanência da vida.

*A Oficina de Avaliação 3 –Análise de relatórios e outras percepções* foi vivenciada como uma possibilidade de seguirmos na contramão de textos padronizados (ou genéricos), no intuito de apresentar os cuidados existentes para a escrita dos relatórios. Assim, enfatizamos o quanto a escrita desse documento deve atentar para as aprendizagens, a mediação docente, as experiências curriculares oportunizadas, os avanços significativos das crianças e os novos desafios possibilitados a elas.

Essa compreensão é fundamental para que docentes entendam a necessidade de diversas formas de encaminhamento de outras questões que atravessam o cotidiano escolar, não nos relatórios descritivos das crianças. Outro ponto que elencamos é o cuidado com os “laudos do olhar” (Aguiar, 2015), que, *a priori*, vai produzindo uma narrativa sobre a criança e suas limitações, ao

invés de abrir espaços para entender os modos como ela se comunica, aprende e/ou se manifesta. Esse cuidado ao dizer da criança também é sinalizado quando há a sobreposição dos comportamentos aos processos de aprendizagem, a partir da estigmatização e do controle dos corpos em detrimento das especificidades da infância. Nesse sentido afirmamos o quanto a infância é um tempo de exploração dos espaços, dos desconhecidos, dos movimentos, do brincar como mola propulsora para a experiência e mostramos que as propostas pedagógicas devem observar esses processos inerentes ao universo infantil.

Na quarta oficina de avaliação, com a temática *Produção de texto coletivo e inferências textuais sobre as vivências pedagógicas*, enfatizamos a importância de um registro dos modos como as experiências de aprendizagem são oportunizadas às crianças. Esse movimento sinaliza o percurso do trabalho docente a partir do projeto de sala e/ou institucional pensado para o grupo/a turma em específico. Produzir esse “caminho” oferece elementos para que a professora possa pensar tanto sobre suas práticas quanto sobre o modo como os eixos orientadores do trabalho pedagógico se articulam, ou seja, o cuidar-educar-brincar-interagir entre crianças e adultos e as formas como são trabalhadas as múltiplas linguagens e os contextos de aprendizagem na Educação Infantil.

Para uma das professoras, esse diálogo se constitui “[...] uma oportunidade para pensar sobre o próprio trabalho”, uma vez que “[...] possibilita ver como trabalhar com as diferentes linguagens” (Professora Cmei 5, 2024), já que há historicamente uma sobreposição da linguagem matemática e da escrita em detrimento das demais. Essa escrita, que chamamos de “roteirizada”, é fundamental para que as ações sejam pensadas com intencionalidade pedagógica, constituindo-se uma estratégia de ensino que traça rotas e indica novas possibilidades educativas, narrando as experiências curriculares.

O último momento vivenciado com as professoras, denominado *Oficina de Avaliação 5 – Produção de documentação pedagógica e os diálogos com os relatórios descritivos*, sinalizou a importância da documentação pedagógica como uma estratégia que sistematiza o trabalho educativo realizado na

Educação Infantil. Por meio desse instrumento, são visibilizadas as experiências vividas por crianças e adultos nas instituições de ensino e ainda é possível produzir memórias que permitam o diálogo, as mediações pedagógicas e as aprendizagens, em que diferentes formas de registros contribuem para a composição dos relatórios individuais das crianças. Para Ceron e Junqueira Filho (2017, p. 209), a documentação pedagógica parte

[...] da intencionalidade pedagógica para a prática de produção, organização, análise, armazenamento e socialização dos registros elaborados cotidianamente pelo professor e pelas crianças, cuja apropriação, pelas análises, usos e reflexões entre sujeitos e comunidade escolar os elevam à categoria de documentação pedagógica.

Assim, em nossas conversas, destacamos como as narrativas, as fotografias, os diários, as fichas de observação individual e os recursos audiovisuais são instrumentos capazes de captar momentos e traduzir experiências de aprendizagem das crianças. Produzir a documentação pedagógica envolve movimentos de observar, registrar e interpretar as experiências infantis, sendo compreendidos como elementos indissociáveis. Tais instrumentos também podem compor a escrita dos relatórios, expressando e “ilustrando” os momentos vividos pelas crianças. Por fim, destacamos que falar da documentação pedagógica em articulação com os registros dos relatórios descritivos é assumir um papel inerente à ação e à reflexão docente sobre sua prática, promovendo a interlocução entre avaliação e planejamento.

### **Algumas considerações**

A avaliação na Educação Infantil pode ser compreendida como uma “lente de aumento” que colocamos sobre o processo educativo, o que nos ajuda a refletir de forma significativa o que foi planejado e vivenciado no cotidiano com as crianças. Assim, esses registros revelam as intenções pedagógicas e as experiências constituídas no ambiente escolar. Sem esse olhar avaliativo, o trabalho educativo pode incorrer na perda de sua essência e direcionamento para que novas propostas sejam desenvolvidas, uma vez que é por meio da

escrita reflexiva que as docentes compreendem ser possível rever práticas, identificar avanços, pontuar os desafios e principalmente traçar os próximos passos a serem desenvolvidos junto às crianças.

Como mencionamos ao longo deste artigo, na Educação Infantil a avaliação reveste-se de abordagem qualitativa e processual, voltada à compreensão do desenvolvimento das crianças em interação com seus pares e por meio da mediação docente. Essa prática possibilita compreender os percursos individuais de aprendizagem das crianças, seus tempos, seus interesses e suas formas de aprender, ao mesmo tempo em que incentiva o educador a manter uma postura investigativa e sensível diante de sua prática pedagógica. Se, por um lado, a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil possibilita narrar as experiências vividas em contextos de aprendizagem produzidos pelas docentes, por outro lado, o grande desafio se coloca em compreender, por parte das professoras, o que deve e pode ser escrito, além de entender como serão escritos esses percursos nos relatórios das crianças.

Dessa forma, as oficinas de avaliação desenvolvidas desvelam outros sentidos para as produções textuais, traçando rotas, analisando escritas, aprofundando conceitos e principalmente oportunizando trocas de experiências entre docentes. No decorrer das oficinas, pudemos analisar com as professoras frases, trechos de relatórios e refacção da escrita com pares, além de pensar coletivamente sobre o projeto institucional e elencar as especificidades de cada turma. Sobre isso, manifestou-se uma professora: “[...] Me abriu muito o campo de como formular os relatórios, me proporcionando uma aprendizagem interessante e enriquecedora em sentido ao ato de registro dos mesmos” (Professora Cmei 1, 2024).

A proposta de oficinas coloca a professora na centralidade, enfatizando sua importância no processo de escrita, uma vez que, ao pensar no processo com foco na qualidade, defende-se uma Educação Infantil como uma construção político-pedagógica e, ao mesmo tempo, uma avaliação da aprendizagem constituída por nós, professoras, que estamos em relação com as crianças. Por isso, é fundamental refletir criticamente como os documentos orientadores e as

políticas públicas direcionadas à infância definem e estruturam os processos avaliativos. Para as professoras “[...] as orientações [nas oficinas] foram muito importantes para que possamos ter mais segurança e atenção em relatar passo a passo o desenvolvimento da criança” (Professora Cmei 2, 2024).

Além disso, é necessário assegurar que os registros e os procedimentos adotados nas instituições de Educação Infantil estejam alinhados às concepções de infância e de aprendizagem que respeitem as crianças. Nesse contexto, o planejamento intencional das ações educativas e as mediações docentes assumem um ponto nevrálgico da discussão adotada durante a realização das oficinas: as professoras é que estão nos espaços escolares onde as crianças vivenciam experiências significativas, ricas em descobertas e aprendizagens, já que a avaliação não está somente no relatório. Ela diz de um percurso e de um processo entre aquilo que oportunizamos às crianças e os modos como vivenciamos junto a elas. A avaliação ocorre por quem está em relação com o outro. Dessa forma, uma professora explicita:

[...] É isso mesmo. Inclusive já mudei alguns relatórios e percebi o que preciso melhorar para os próximos. Claro que nunca estaremos 100% certo na escrita, mas os exercícios propostos deram uma “luz” e me fizeram refletir mais sobre a especificidade do relatório (Professora Cmei 3, 2024).

É fundamental destacar que, ao longo desse movimento formativo, emergiu com frequência a dificuldade enfrentada por professoras em relação à elaboração de relatórios avaliativos mais consistentes e significativos. Por meio dos diálogos estabelecidos, foi possível identificar que muitas profissionais expressaram a necessidade de melhores condições de trabalho, em especial relacionadas ao quantitativo de crianças por turma, bem como a urgência de oportunidades de processos formativos mais contínuos que lhes possibilitem constituir de forma mais reflexiva e contextualizada a relação entre planejamento, experiências curriculares e avaliações, o que nos revela a importância de um escopo mais abrangente sobre a educação da infância, tanto na formação inicial quanto na continuada de professoras/es.

Embora as oficinas tenham se configurado como espaços potentes de reflexão e troca, elas ocorreram em um recorte específico de tempo e contexto institucional, o que pode restringir a continuidade e o aprofundamento das aprendizagens construídas. Evidencia-se que tais iniciativas formativas, ainda que pontuais, são relevantes para a discussão da temática na Educação Infantil. Nesse sentido, a experiência aponta para a necessidade de políticas públicas de formação docente que garantam processos continuados, articulados ao cotidiano escolar, com condições objetivas de participação, valorização profissional e integração entre formação inicial e continuada, de modo a consolidar uma cultura avaliativa mais crítica, contextualizada e comprometida com os direitos das crianças.

Por fim, indicamos em nosso estudo que há um longo percurso sobre o que é, como é, por quê, quem e como fazer a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil. No entanto, muitos desafios ainda se constituem quando as profissionais apontam para a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema — rompendo com o estereótipo das notas e conceitos —, principalmente sobre o trabalho pedagógico e os percursos avaliativos da criança nos espaços tempos do Cmei. Reafirma-se a compreensão de que a escrita dos relatórios de avaliação é um processo que necessita de uma composição de elementos que subsidiem o registro das aprendizagens das crianças no contexto da primeira etapa da Educação Básica.

---

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ana Marta Bianchi. **Calcanhar de Aquiles**: a avaliação do aluno com deficiência intelectual no contexto escolar. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009**. Revisão das Diretrizes

Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020\\_09.pdf](https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf). Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005\\_09.pdf](https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf). Acesso em: 16 mar. 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 16 mar. 2025.

CARVALHO, Janete Magalhães. Devir-docência potencializando a aprendizagem sem medo. *In: X ENDIPE – ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO*, 16., 2012, Campinas. **Anais [...]**. Unicamp: Campinas, 2012.

CERON, Liliane; JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Registro e documentação pedagógica na Educação Infantil. *In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (Org.)*. **Para pensar a Educação Infantil em tempos de retrocessos**: lutamos pela educação infantil [Recurso *on-line*]. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 209-224.

DIAS, Karina Sperle. Formação estética: em busca do olhar sensível. *In: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda; GUIMARÃES, Daniela (org.)*. **Infância e Educação Infantil**. Campinas: Papyrus, 1999. p. 175-201.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

KRAMER, Sônia. Avaliação na Educação Infantil: no avesso da costura, pontos a contar, refletir e agir. **Interacções**, v. 10, , n. 32, p. 5-26, 2014. DOI: <https://doi.org/10.25755/int.6345>. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/6345>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MATIAZZI, Shellen de Lima. **A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e os contextos de vida de crianças empobrecidas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo Vitória, 2020.

MATIAZZI, Shellen de Lima; SIMÕES, Renata Duarte; VIEIRA, Alexandro Braga. Avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e os contextos empobrecidos. **Dialogia**, [S. l.], n. 46, p. e25130, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5585/46.2023.25130>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/25130>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MICARELLO, Hilda. Avaliação e transições na Educação Infantil. *In: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS*, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. Gerência de Educação Infantil. **Educação Infantil no município de Vitória: um outro olhar**. Vitória, 2006. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/download.php?tipo=1&id=283>. Acesso em: 14 abr. 2025.

---

Submissão em: 29 de abr. 2025

Aceite em: 20 de abr. 2026

---

---

**<sup>i</sup> Shellen de Lima Matiazzi** - Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Pós-doutoranda e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes). Pedagoga e professora da Educação Infantil da rede municipal de Vitória/ES.

e-mail: [shematiazzi@hotmail.com](mailto:shematiazzi@hotmail.com).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2994993316237816>.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0361-7340>